

## **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO 2019**

### **DISCURSO DO DELEGADO EMPREGADOR**

No ano em que se celebra o Centenário da OIT, esta Conferência assume-se como um acontecimento privilegiado de comemoração e de reconhecimento do importantíssimo papel que esta organização internacional tem desempenhado na promoção do trabalho digno.

Muitos foram os desafios enfrentados ao longo destes cem anos, no mundo do trabalho. A promoção dos direitos fundamentais, de condições de trabalho que respeitem exigências de saúde e segurança, de retribuições justas, do desenvolvimento de sistemas de protecção social universais, do alargamento do acesso das mulheres ao mercado de trabalho, do direito dos trabalhadores à formação profissional – nestas e em várias outras dimensões, a OIT fez ouvir a sua voz e contribuiu para um mundo do trabalho que é hoje, indiscutivelmente, uma conquista tripartida.

Simultaneamente ao estabelecimento dos direitos dos trabalhadores, a OIT preocupou-se, de igual modo, com o reconhecimento do papel das empresas no mundo do trabalho, reconhecendo que o trabalho digno apenas se torna possível com a existência de empresas, as quais assumem o papel preponderante na criação do emprego e no cumprimento dos direitos instituídos.

O trabalho desenvolvido pela OIT comprovou, ao longo do tempo, a importância do tripartismo na resolução dos desafios que se foram colocando a nível global, a nível nacional e a nível empresarial. Estamos, hoje, numa fase de transição importantíssima para as economias, que estão já – e terão que continuar – a adaptar-se aos desafios da revolução tecnológica. E, se é certo que os seus impactos não se revelarão automaticamente (pois existe sempre um hiato temporal entre a mudança tecnológica e o seu impacto sobre o trabalho), não tenhamos ilusões: governos, empresas e trabalhadores terão que trabalhar em conjunto

para que os desafios se transformem em oportunidades e o futuro do trabalho seja uma realidade melhor para todos os seus atores.

Como refere o Relatório do Director-Geral, “Trabalhar para um Futuro Melhor”, *“Temos pela frente inúmeras oportunidades para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, aumentar as opções disponíveis, reduzir as assimetrias de género, reverter os prejuízos causados pela desigualdade a nível mundial, e muito mais”*.

Concordamos, em geral, com os três pilares de acção propostos para uma Agenda da OIT centrada no ser humano, mas consideramos que algumas das recomendações aí constantes devem ser objeto de maior maturação e reflexão. Numa fase da história em que está na ordem do dia o debate sobre o impacto da Inteligência Artificial sobre o trabalho, consideramos fundamental o proposto aumento do investimento nas capacidades das pessoas, nas instituições ligadas ao mundo do trabalho e em formas de trabalho dignas e sustentáveis. Neste último domínio, parecem-nos igualmente bem as recomendações relativas à promoção de incentivos em áreas-chave – entre as quais realçamos a questão da digitalização da economia – e a revisão das estruturas de incentivos às empresas a favor de abordagens de investimento de mais longo prazo.

Para que o futuro do trabalho seja, contudo, um futuro de prosperidade, importa que todos trabalhemos para a melhoria da produtividade e da competitividade das economias, também a nível nacional. Em Portugal, os Parceiros Sociais investem muito nos processos de Diálogo Social, seja ao nível da Concertação Social, seja da Negociação Colectiva. Consideramos ser nossa responsabilidade contribuir para que as políticas e as medidas pensadas e, posteriormente, implementadas tragam um valor acrescentado concreto e positivo para as empresas e os trabalhadores.

A este nível, gostaríamos de destacar não só o relevante contributo da concertação para ultrapassar a crise económica e financeira, mas também o Acordo celebrado há cerca de um ano “COMBATER A PRECARIIDADE E REDUZIR A SEGMENTAÇÃO LABORAL E PROMOVER UM MAIOR DINAMISMO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA” o qual aborda um conjunto de matérias

fundamentais para, em simultâneo, melhorar a qualidade do emprego e reforçar a competitividade da economia.

Em Portugal continuamos, contudo, a ter que enfrentar desafios relevantes no mercado de trabalho. Apesar da evolução muito positiva dos indicadores do emprego e do desemprego, gostaríamos de destacar as carências já existentes em termos de mão-de-obra disponível, que provavelmente virão a agravar-se nos próximos anos e que – não sendo objecto de medidas eficazes – tornar-se-ão um forte entrave ao crescimento económico. Portugal é um caso exemplar em termos de política migratória, mas teremos que reflectir e agir de forma mais alargada sobre esta questão, para ultrapassar problemas como o acelerado envelhecimento da população, talvez o maior problema com que se defronta a sociedade portuguesa nas próximas décadas.

Outros desafios existem, também, que terão de ser enfrentados, incluindo nos domínios do sistema de protecção social, da justiça, da fiscalidade...em todas estas, e noutras áreas, as empresas deverão ter uma voz activa, pois são elas que criam emprego.

A terminar, um voto de confiança na OIT e no seu trabalho futuro: é na sua função agregadora que reside a sua força. Teremos, pois, que ser todos, em tripartismo, a enfrentar com confiança e determinação os desafios que os anos vindouros nos colocarão.

*João Vieira Lopes*